

**HABEAS CORPUS Nº 493.728 - SP (2019/0045140-1)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE : ELIAKIM NERY PEREIRA DA SILVA**  
**ADVOGADO : ELIAKIM NERY PEREIRA DA SILVA - SP357960**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : ALEX APARECIDO DOS SANTOS SILVA (PRESO)**

**DECISÃO**

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de ALEX APARECIDO DOS SANTOS SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido no julgamento do HC n. 2259254-56.2018.8.26.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2º, II, e § 2º-A, I, c/c o art. 29, ambos do Código Penal. Ao receber a exordial acusatória, o Magistrado de primeiro grau acatou o pleito ministerial e decretou a prisão preventiva do ora paciente (fls. 44/46).

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário perante a Corte Estadual, que denegou a ordem em acórdão assim ementado (fl. 13):

*HABEAS CORPUS. Roubo majorado pelo concurso de agentes e emprego de arma de fogo. Pedido de revogação da prisão preventiva. Circunstâncias que até o momento impõem a manutenção da decisão que decretou a prisão preventiva.*

*Gravidade concreta da conduta. Ordem denegada.*

No presente *writ*, o impetrante sustenta que o paciente conta com condições pessoais favoráveis.

Alega que não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva e destaca, ainda, a ausência de justa causa para a segregação.

Assevera que foi deferida a liberdade provisória a um dos corréus, razão pela qual deve ser estendido o benefício ao ora paciente, em razão do princípio da igualdade.

Pondera a desproporcionalidade da prisão, especialmente ante a possibilidade da fixação de regime prisional semiaberto em caso de eventual condenação.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela revogação da prisão preventiva.

É o relatório.

Decido.

Diante do novel posicionamento jurisprudencial do STF e desta Corte onde não deve ser conhecido o *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, tenho por prudente determinar o processamento do feito somente para verificação da existência de eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

Em uma análise preliminar dos autos, não vislumbro a presença conjunta do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, requisitos necessários para a concessão da medida liminar.

Ademais, a matéria ora ventilada implica o exame da idoneidade e razoabilidade dos fundamentos adotados pelas instâncias ordinárias, providência inviável em análise inicial dos autos. Por se tratar de antecipação meritória, a alegação deve ser analisada pelo douto Colegiado, no momento oportuno e após manifestação do Ministério Público Federal.

Diante do exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer. Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator